



Número: **0600838-40.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **15/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600308-30.2020.6.16.0099**

Assuntos: **Impedimento do Exercício da Propaganda, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Tutela Antecipada Antecedente 0600308-30.2020.6.16.0099 - Congonhinhas -**

Requerente: ELEICAO 2020 ISRAEL LOURENCO PREFEITO; Requerido: ELEICAO 2020 DEVANIR MARTINELLI PREFEITO, DEVANIR MARTINELLI - Trata-se de Representação eleitoral para fixação de preferência de realização da carreata,

ajuizada pelo candidato a prefeito ISRAEL LOURENÇO pelo Partido PSL-17 em face Devanir Martinelli. Aduz na inicial que protocolou em 21.10.2020 informe de carreata a Polícia Militar, que se realizaria no dia 14 de novembro de 2020 às 18:00. Ocorre que na noite do dia 13/11/2020, chegou a seu conhecimento que o candidato da oposição o senhor Devanir Martinelli, através de um áudio estava convidando os eleitores da cidade para realizar uma "movimentação" como seus veículos, carros e motos, em frente ao comitê para no mesmo dia e horário.

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEVANIR MARTINELLI (IMPETRANTE)		MARIA ISABEL MONTEIRO (ADVOGADO) DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA (ADVOGADO) LUIS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES (ADVOGADO) THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 099ª ZONA ELEITORAL DE CONGONHINHAS PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21495566	30/11/2020 13:50	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - Processo nº 0600838-40.2020.6.16.0000 - Congonhinhas - PARANÁ

[Impedimento do Exercício da Propaganda, Mandado de Segurança]

RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA

IMPETRANTE: DEVANIR MARTINELLI

Advogados do(a) IMPETRANTE: MARIA ISABEL MONTEIRO - PR0083144, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA - PR0074746, LUIS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES - PR0036846, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA - PR0094043

IMPETRADO: JUÍZO DA 099ª ZONA ELEITORAL DE CONGONHINHAS PR

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por DEVANIR MARTINELLI em face de ato praticado pelo Juízo da 099ª Zona Eleitoral de Congonhinhas - PR, consubstanciado na decisão prolatada nos Autos de Representação Eleitoral nº 0600308-30.2020.6.16.0099, que deferiu tutela liminar para garantir ao candidato ISRAEL LOURENÇO a realização de carreata pelas ruas do Município Santo Antônio do Paraíso e determinou ao impetrante e seus candidatos a vereadores que suspendessem a realização de carreata, passeata ou aglomeração de qualquer espécie em frente ao comitê de campanha e pelas ruas do município sob pena de multa na mesma data.

A medida foi ajuizada no dia 14.11.2020 às 19h58m, tendo sido os autos encaminhados ao D. Juiz Membro de plantão, que indeferiu a liminar pleiteada (ID 19572266).



Ao ser intimado da decisão, o impetrante interpôs embargos de declaração, sob a alegação de que a decisão teria deixado de analisar a legalidade da decisão fustigada.

É o relatório.

Decido, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Pretendia o impetrante, com este Mandado de Segurança, a concessão de medida liminar para que fosse suspensa a liminar antes concedida pela Juíza de primeiro grau, reconhecendo a ilegalidade da decisão, com o fim de lhe ser conferida a possibilidade de realização de *“aglomerações, reuniões no município de Santo Antônio do Paraíso, assim como no comitê do candidato Devanir Martinelli, bem com a divulgação de jingles ou mensagens do candidato, até as vinte e duas horas”* daquele dia, 14.11.2020. (ID 19555866).

Não obtendo a tutela pretendida, ingressou a parte com Embargos de Declaração alegando ter havido *“vantagem ao candidato Israel, eis que proibiu o impetrante de realizar qualquer ato referente a campanha eleitoral, distanciando totalmente do determinado por Lei”* (ID 20588916).

Anote-se que o Mandado de Segurança foi protocolado neste Tribunal às **19h58m** do dia 14.11.2020, sendo seu objeto a suspensão de decisão que lhe impediu sua pretensão de realizar uma carreata que se iniciaria no mesmo dia, em princípio às **18h**.

Pois bem, de acordo com a decisão prolatada pelo Juízo da 99ª Zona Eleitoral de Congonhinhas, havia informação de que o candidato DEVANIR MARTINELLI estaria convocando, por WhatsApp, seus simpatizantes para participarem de uma carreata no dia 14.11.2020, às 18:00, e que até a manhã do dia 14.11.2020, o ora impetrante, não havia protocolado junto a Delegacia de Polícia do Município requerimento para realização de tal propaganda.

Em diligência, foi certificado pelo Cartório Eleitoral que obteve informação de que o candidato havia protocolado, às 12h:00m o pedido para realização da pretendida carreata. Nada obstante, restou caracterizado o descumprimento do art. 39 § 1º da Lei 9.504/97, cujo conteúdo encontra-se reproduzido no art. 13 da Resolução TSE nº 23.610/2019, segundo o qual:

Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

§ 1º O candidato, partido ou coligação promotora do ato fará a devida comunicação a autoridade policial em, no mínimo, **vinte e quatro horas** de sua realização, a fim de que esta **garanta, segundo a prioridade do aviso**, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário. (grifei).

Saliento que, em sua fundamentação, a D. Juíza *a quo* consignou a realidade fática que igualmente ampara sua decisão, consistente no fato de que o município conta com pequeno efetivo da Polícia Militar, o qual não teria condições de garantir a segurança em caso e eventuais tumultos.

De outro lado, conforme assentado na decisão, foi garantido ao candidato ISRAEL LOURENÇO a realização da carreata no dia 14.11.2020, em razão de ter protocolado seu pedido junto a Delegacia de Polícia local em data de 21.10.2020, tendo sido o primeiro a protocolar o pedido. Portanto,



mais uma vez, escoreita a decisão que, observando a prioridade do aviso conforme determinado no § 1º do art. 39 acima transcrito, conferiu ao candidato ISRAEL LOURENÇO o direito de realizar a carreata. Por estes motivos fica afastada a alegação de ocorrência de vantagem ao candidato ISRAEL LOURENÇO.

Assim, tenho como devidamente fundamentada e isenta de qualquer ilegalidade a decisão que, considerando a realidade local, buscou priorizar a segurança pública e a observância das normas de regência, para garantir a realização da carreata ao candidato que primeiramente e dentro do prazo estabelecido pelo art. 39 da Lei 9.504/97, protocolou seu pedido de realização da propaganda.

Demais disso, tem-se como incontroverso e inclusive admitido pelo embargante em suas razões, que tendo já ocorrido as eleições, e não havendo segundo turno no município, a perda superveniente do objeto do *mandamus*, caracterizando a carência de interesse processual a justificar o julgamento do mandado de segurança.

Posto isso, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, VI, 2ª figura, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 29 de novembro de 2020.

DES. VITOR ROBERTO SILVA – RELATOR

